

# A internacionalização e os programas de pós-graduação em Serviço Social

*The internationalization and postgraduate programs in Social Work*

Valeria Forti 

É com muita satisfação e profundo agradecimento que a *Revista Em Pauta* da faculdade de Serviço Social - Uerj entrevista a Prof<sup>a</sup> Maria Lúcia Teixeira Garcia.

A entrevistada, conhecida como Lúcia Garcia, possui graduação em Serviço Social e História e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Concluiu seu doutoramento em Psicologia Social na Universidade de São Paulo (USP). É professora titular em exercício na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Com relevante experiência na realização de pesquisas em cooperação internacional, a entrevistada generosamente compartilhou, com a *Em Pauta* e seus leitores, instigantes reflexões sobre os processos e as políticas de internacionalização nas instituições de ensino superior (IES), considerando, em particular, o Serviço Social brasileiro.

**Em Pauta** – Por que você afirma que, em princípio, o Serviço Social brasileiro é internacional?

**Lúcia Garcia** – Excelente a tua pergunta e difícil de respondê-la em poucas palavras. Com o risco de ser aqui limitada a alguns aspectos em relação a outros, vamos lá. Primeiramente, a resposta requer estabelecermos o que cada um de nós entende por ser internacional. Usualmente, a dimensão internacional envolve um processo de construção de relações continuadas, no plano do ensino, da pesquisa e da troca de experiências profissionais com centros de pesquisa e universidades no exterior. E defendemos que isso se faz presente na trajetória do Serviço Social no Brasil, contribuindo para a criação dos primeiros cursos de mestrado no início dos anos 1970 e do doutorado nos anos 1980 e expansão dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) nos anos 2000.

## ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91803>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil.  
E-mail: [vforti17@gmail.com](mailto:vforti17@gmail.com).

Como citar: FORTI, V. A. internacionalização e os programas de pós-graduação em Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 218-229, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91803>.

Recebido em 15 de abril de 2025.

Aprovado para publicação em 22 de março de 2025.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Podemos ver que as relações internacionais são constitutivas da trajetória do Serviço Social no Brasil e no mundo (nas décadas de 1950/1960, seja pelo intercâmbio entre profissionais brasileiros e americanos, que ocorria por meio de instituições como Serviço Social da Indústria, conferência internacional) ou também pelo diálogo no contexto latino-americano a partir das décadas de 1960/1970 do século XX na América Latina.

A tradução de muitos livros e materiais didáticos da área de Serviço Social e o intercâmbio de professores e estudantes de serviço social com os Estados Unidos, países da América Latina e Europa, a partir dos anos 1950, também são indicadores dessa relação.

Se olharmos o currículo de algumas companheiras, veremos que Maria Ozanira Silva e Silva fez seu mestrado nos Estados Unidos (*Master of Social Work - Western Michigan University*, em 1976), Marida Iamamoto foi pesquisadora no Centro Latinoamericano de *Trabajo Social*, Celats, Peru, em fins dos anos 1970, Nobuco Kameyama fez especialização, mestrado e doutorado na França, entre 1972 e 1978, apenas como alguns exemplos. O Conselho Federal de Assistentes Sociais (hoje Conselho Federal de Serviço Social - CFESS) fez os primeiros contatos para afiliação à Federação Internacional de Trabalho Social (Fits), ainda no final dos anos 1970, mas somente se concretiza na década de 1990. A participação de Joaquina Barata na Fits (compondo o Comitê Executivo da *International Federation of Social Workers - IFSW* e co-coordenadora do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social), a realização do Congresso Internacional da IFSW em Salvador, as propostas da América Latina no debate sobre a definição de Serviço Social, são ações articuladas e provocativas para o posicionamento do Serviço Social na defesa do projeto ético-político e na disputa entre as diferentes correntes e perspectivas presentes no mundo.

Essa interlocução com o Serviço Social ao redor do mundo intensifica as análises, as pesquisas, os intercâmbios e os processos de formação de novos profissionais desde uma perspectiva internacional, mas que, ao mesmo tempo, reafirma o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil e o coloca no debate e disputas em torno da concepção de Serviço Social<sup>1</sup>; a publicação de um número especial em 2021 sobre a Tradição Radical do Serviço Social na América Latina, entre outras...

No livro *Serviço Social global em um contexto político: perspectivas radicais*, Iain Ferguson, Vasilios Iaokimidis e Michael Lavalette nos agradecimentos reconhecem:

[...] os muitos representantes inspiradores que conhecemos das associações de serviço social na Espanha, Argentina e Brasil. Em particular, lembramos com carinho da reunião que coordenamos na conferência *Global Social Work*, na Suécia, para tentar estabelecer uma rede internacional juntos; a reunião foi

---

1 Ver artigos como McPherson, 2014, Heitman, 2016, Haanwinckel; Fawcett; Garcia, 2018, ou o capítulo de Wellen, 2022.

bem frequentada e estava prestes a começar quando os colegas brasileiros chegaram. A presença deles foi notável por dois motivos: primeiro, havia muitos deles! Segundo, todos eles queriam debater conosco sobre a relevância contínua do marxismo para o serviço social — algo que não vivenciamos com muita frequência! (Ferguson; Iaokimidis; Lavalette, 2018, p. v).

Assim, essa dimensão internacional acompanha a trajetória do Serviço Social no Brasil. Negar isso é deixar-se aprisionar pela dimensão e critérios avaliativos postos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) aos Programas de Pós-Graduação. Essa avaliação é baseada em critérios urdidos ao longo dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). No quarto PNPG (1994-2002 - que não chegou a ser promulgado), destacaram-se, entre outros, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, a busca pela flexibilização do modelo de pós-graduação e a inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A discussão em torno da internacionalização da educação superior no Brasil ganhou força com a intensificação da internacionalização das atividades científicas medida pelo crescimento da produção científica em colaboração internacional. Mesmo presente na agenda da ciência, a internacionalização ganhou maior impulso a partir do final do século XX, momento marcado pela globalização e pelo neoliberalismo, instrumentais do capitalismo financeiro cujas estratégias, dentre outras, envolvem a transformação de bens sociais em serviços comercializáveis e a quebra de barreiras nacionais para sua livre circulação.

Como conceito e estratégia, a internacionalização é um fenômeno relativamente recente que emergiu nos anos 1980, impulsionado por questões econômicas, socioculturais, políticas e acadêmicas (De Wit, 2019). A implementação de políticas neoliberais, o processo de globalização e mundialização do capital; o atendimento às demandas de formação requeridas pelo mercado; vão definindo uma dada perspectiva de internacionalização (Dias Sobrinho, 2010; Barreyro; Rothen, 2006).

No PNPG 2011-2020 o termo internacionalização da pós-graduação aparecia como ferramenta para que o país se colocasse em posição de destaque no mercado econômico mundial, produzindo tecnologia e inovação (o termo apareceu no documento 154 vezes e, entre eles, foca o papel da Pós-Graduação na formação de recursos humanos para as empresas). Mas, inovação aparece registrado desde o I PNPG (1975-1979) e o foco na expansão do sistema – nesta temporalidade, existiam nas universidades brasileiras cerca de 57 programas de doutorado; em 1985, havia mais de 300, com cerca de uns outros 800 para formação em nível de mestrado -, e estruturação de um sistema de avaliação – formação de comitês encarregados de avaliar e classificar cada programa, nas diversas áreas do conhecimento (momento em que o Serviço Social é estabelecido na Capes e a área denominada Programas Sociais (com a presença de Margareth Jenks – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Puc/Rio, em 1976).

Neste processo, a internacionalização foi urdida com parâmetros orientadores a todas as áreas de conhecimento e de avaliação. E Barata (2019) nos alerta que o uso acrítico dos indicadores quantitativos; a tendência de avaliar o desempenho dos programas por meio do desempenho individual dos docentes, ao invés de tomar o programa em si como unidade de análise; o engessamento dos programas que se guiam mais pelo alcance dos critérios do que pela busca permanente da qualidade devem ser combatidos.

Em se tratando da questão do mercado, como indicadores de internacionalização, este valoriza a produção científica internacionalizada em língua inglesa (dominada por grandes empresas editoriais como *Elsevier*, *Black & Wiley*, *Taylor & Francis*, *Springer Nature* e *SAGE*). Como indústria, estas editoras são únicas em termos de rentabilidade, gerando grandes lucros líquidos (a *Elsevier* tem uma margem de lucro em torno de 40%, superior à *Microsoft*, *Google* e *Coca-Cola*), mobilidade, que representa a criação de centros de excelência, entre outros. Mas essa perspectiva de internacionalização requer problematização. Internacionalizar para que? Para quem? Por quê? Com quem?

Dentro disto, o *status* atribuído às áreas de conhecimento, influenciou (e influencia) como essa internacionalização chega às IES, com definição das áreas prioritárias por parte das agências de fomento e das IES, direcionando as cooperações e colaborações com as grandes universidades estrangeiras ranqueadas e orientadas por assimetria na relação, e centralidade do idioma inglês. Por fim, esse processo de conhecimento orienta-se por uma distribuição desigual dos recursos e bolsas. As regras estabeleceram exigências de produção, geração de conhecimento, publicações em parceria, organização de eventos, e a consequente avaliação quanto à internacionalização do saber e inserção internacional não consideram as particularidades das áreas de conhecimento.

E este debate requer muito cuidado: Knight (2012, p. 17) advertiu que a dimensão internacional do ensino superior (Graduação e Pós-Graduação) nas últimas décadas tornou a palavra *internacionalização* algo abrangente e ligada a quase tudo (intercultural, global ou internacional), perdendo o sentido semântico e a direção do que se fala.

A internacionalização da educação superior é ocidentalizada, em grande parte anglo-saxônica, e predominantemente de língua inglesa. Há pressão para pesquisas e publicações internacionais, recrutamento de estudantes e acadêmicos internacionais, e sobre o uso do inglês como língua de pesquisa. Por outro lado, a Capes indica que para cada 5 estudantes brasileiros/as enviados/as ao exterior, o país recebe 1 estudante estrangeiro/a. Estes desafios e pressões entram em conflito com uma abordagem mais inclusiva e menos elitista da internacionalização.

Por isso defendemos a perspectiva de que o Serviço Social é internacional. Mas defender isso não nos exime de outras problematizações, entre elas, a compreensão das limitações e implicações presentes no processo de internacionalização, a barreira linguística

que requer ser enfrentada na interação com o mundo. E aqui o desafio do espanhol, do inglês, do francês e do português.

Este é um debate que requer aprofundamento e saudamos a iniciativa da *Em Pauta*.

**Em Pauta** – Qual a sua compreensão acerca da internacionalização nos nossos programas de pós-graduação?

**Lúcia Garcia** – A internacionalização dos PPGs na área de Serviço Social, inserida neste contexto acima descrito, e vivendo um processo de expansão de seus PPGs (principalmente a partir dos anos 2000), sofreu pressões definidas por parâmetros e indicadores orientados pelas agências nacionais e internacionais, por competitividade, e por adoção de acordos de cooperação entre universidades com perspectivas diferentes em relação à profissão (vide as experiências e direções impostas pelo edital Capes PrInt). Outro aspecto é se a internacionalização é individual – do docente, do PPG – ou da instituição. Por isso, é mister compreendê-la sob diferentes dimensões.

Primeiro, vemos ao longo da trajetória dos PPGs ações de internacionalização que se individualizam em uma ou mais de uma professora. E isso é internacionalização de pessoas, e não institucional. Por isso, este tipo de internacionalização é restrita aos sujeitos envolvidos.

Entendemos a internacionalização como um processo continuado de aprofundamento de relações entre o PPG, a Instituição de Ensino Superior e parceiros internacionais, que possui centralidade na disseminação e troca de conhecimento, mas que requer uma política institucional de internacionalização e linhas de fomento à sua concretização.

Se a dimensão internacional é parte integral da educação em nível superior (especialmente da Pós-Graduação) e da pesquisa científica, esta requer a recusa de uma educação superior modelada por um padrão de poder colonial (Quijano, 2005) e o compromisso ético-político na construção de solidariedades, a fim de resistir aos efeitos homogeneizadores e normalizadores da globalização e para descentralizar as epistemologias ocidentais.

O que se expressa no interior dos relatórios dos PPGs (Capes, 2007; Capes, 2010; Capes, 2014; Capes, 2017; Capes, 2021) torna mister reconhecer as assimetrias existentes em termos intrarregionais e internacional e entre as áreas de conhecimento. Ou seja, o debate deve ser politizado e reconhecer que o subfinanciamento não assegura a realização das ações exigidas. É a conseqüente recusa ante a responsabilização e restrições do processo ao Programa de Pós-Graduação.

As IES brasileiras requerem estruturação e consolidação de suas Políticas de Internacionalização e o país precisa de uma política pública nacional de internacionalização. A internacionalização não se caracteriza como um fim em si (Van der Wende, 2001), mas um processo no qual o norte seria o fortalecimento e a consolidação de um conhecimento comprometido com um projeto societário.

A internacionalização, tal como defendida pela Capes, está representada por várias dimensões:

- Mobilidade internacional de docentes, discentes e técnicos, que requer apoio por meio de editais ou linhas de financiamento. Atração de estudantes e pesquisadores estrangeiros. A mobilidade *in* e *out* é confrontada com os custos do deslocamento e a exiguidade de linhas de financiamento. Em termos de mobilidade de estudantes estrangeiros ao Brasil, Adefila *et al.* (no prelo) identificaram que as/os estudantes internacionais que estudavam no país em 2021 (em todas as áreas de conhecimento) vieram de 45 países diferentes, sendo 42,9% da América do Sul (24,5% eram colombianos).
- Acordos de cooperação. A assinatura de Termos de cooperação deve ser acompanhada de recursos que possibilitem a realização de pesquisas conjuntas e intercâmbio. Neste processo, o entendimento das relações e condições de trabalho das parcerias estrangeiras é mister para o sucesso na realização das atividades.
- A captação de recursos é necessária, mas, na maioria das vezes, restritiva para propostas oriundas da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas (como o Serviço Social);
- A realização e a disseminação de resultados de pesquisas conjuntas, decorrentes de parcerias internacionais, são apresentadas em eventos nacionais e internacionais.
- Proficiência em língua estrangeira é uma questão que requer política com investimentos desde o Ensino Fundamental. Apesar dos PPGs adotarem exames de proficiência, o foco muitas vezes está na habilidade de leitura e não de conversação.
- Consolidação de parcerias e redes internacionais existentes e construção de novas parcerias e projetos de cooperação em pesquisa, ensino e extensão. Essas redes de pesquisa vêm possibilitando: publicações em coautoria internacional, apresentação de trabalhos em conferências e reuniões científicas internacionais; captação de recursos com foco em cooperações internacionais; visibilidade do PPG que resulta em novas articulações.
- Cotutela e dupla titulação descrita nos relatórios de alguns PPGs.

Cabe destacar que, deste processo, emergem outras dimensões:

- atração espontânea de estudantes estrangeiros ou por editais com este objetivo;
- teses e dissertações cujos objetos têm como foco a dimensão internacional.

Nos dados dos PPGs registrados na Plataforma Sucupira, vemos que a cooperação se dá, prioritariamente, com a América Latina, África e, na Europa, com Portugal e Espanha, mesmo com crescimento recente para países na América do Norte, Europa e Ásia. A mobilidade de docentes e discentes é limitada, pelo exíguo número de bolsas para o exterior e a atração de estudantes estrangeiros (principalmente, América Latina e África)

com garantia de bolsa no Brasil, bolsas e recursos distribuídos desigualmente entre as IES e entre as regiões.

**Em Pauta** – Quando e por que a internacionalização se tornou dimensão avaliativa na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes?

**Lúcia Garcia** – Ao buscar referências sobre a questão internacional nos Boletins da Capes, observamos que entre os textos analisados, aparece pela primeira vez em 1994 a exigência de “nível internacional”, com referência à produção intelectual de um curso de conceito A (conforme padrão de avaliação à época). Naquela época, o “nível internacional” foi a forma encontrada para diferenciar os cursos de pós-graduação, tendo em vista que um grande número desses havia atingido o nível mais alto da escala de avaliação.

O termo “inserção internacional” aparece pela primeira vez no volume 6, número 2, do InfoCAPES de 1998. Na primeira referência ao termo, ele aparece relacionado à discussão sobre a avaliação da produção intelectual, mais especificamente sobre a diferença entre o que é produção de nível internacional de produção de circulação internacional. A agência defendia que era necessário estabelecer parâmetros para medir a inserção internacional dos programas. Ou seja, era mister estabelecer indicadores que discriminassem os programas nas escalas de avaliação existentes.

Esses indicadores, como a internacionalização, se defrontam como dois aspectos: a) a mesma agência que acredita e avalia, é também a que financia. E isto determina os limites da avaliação, condicionada a variável orçamentária.

Em termos de financiamento da Capes, este indica um sistemático processo de redução de seu orçamento. Em termos de comparação, os valores orçamentários da Capes de 2024 são próximos aos de 2009. Por outro lado, a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação da agência foi de 2718, em 2009, para 4559 cursos, em 2023 (crescimento de 63%). Crescem os cursos, reduzem-se os recursos orçamentários e aumentam as pressões sobre os PPGs.

A pressão da Capes sobre os PPGs por internacionalização é parte de uma agenda de incremento da posição brasileira nos *rankings* internacionais. Em termos de publicações científicas, os *rankings* utilizam bases como *Scopus/Elsevier*, com publicações em língua inglesa. As plataformas, de modo amplo, dão suporte ou estrutura para processos, produtos e serviços, mas não produzem nada por si mesmas, contudo fornecem uma infraestrutura para mediar as relações – no contexto acadêmico ou científico (como *Elsevier, Taylor & Francis*). Historicamente, os periódicos presentes nestas plataformas não têm sido espaços de publicação de autoras/es brasileiras/os do Serviço Social, em geral por questões vinculadas à linha editorial dos periódicos. No relatório da quadrienal 2021 da área 32 consta que:

[...] o Brasil, como alguns países da Europa, tem uma forte tradição científica de produção de conhecimento em sua língua nativa. No caso específico do Brasil, há uma tradição cultural da produção de conhecimento da pós-gradua-

ção da grande área de Humanidades em português. Ademais, verifica-se baixa cobertura dos indexadores internacionais como WOS e Scopus em Ciências Humanas, Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, dificultando o exercício de uma comparação da produção científica nacional com a internacional.

Essa é uma dimensão, mas há outras, como as dificuldades em termos de linha editorial e as diferenças em termos de perspectiva teórica.

Por fim, defendemos que o processo de internacionalização pressupõe políticas e planos de internacionalização nas IES. Debater como tarefa exclusiva de um PPG é perder de vista que sem uma política institucional, as ações realizadas sofrerão as limitações por ser uma ação isolada.

**Em Pauta** – Qual o rumo que os Programas de Pós-Graduação da nossa área vêm adotando, prioritariamente, visando à implementação da internacionalização?

**Lúcia Garcia** – Em análise dos dados dos PPGs da área, as cooperações e colaborações internacionais registradas são prioritariamente Sul-Sul, com destaque para América Latina e África. Mais recentemente houve crescimento de cooperações norte-sul. Entretanto, na análise das produções bibliográficas dos PPGs, verificamos que nem sempre há correspondência entre as cooperações listadas e as produções bibliográficas vinculadas ao PPG.

Mas a internacionalização aparece registrada nos relatórios dos PPGs, desde os com nota 3 e 4 – como tarefa para ascender na avaliação quadrienal - até os com nota 5, 6 e 7 (exigência de serem e permanecerem em parâmetros internacionais).

Como dito no início, é urgente aprofundarmos o debate em torno da internacionalização inscrita dentro de uma Política institucional e amparada pelo setor responsável na IES (recebendo suporte e subsídios para conhecer e entender os editais internacionais) até a ampliação de ações de parcerias entre os PPGs brasileiros e estrangeiros. Mas tudo isso só é possível se acompanhada de aporte financeiro que subsidie o processo pautado em princípios e diretrizes de reciprocidade.

**Em Pauta** – Qual o significado e qual a importância da cooperação internacional de pesquisa?

**Lúcia Garcia** – A experiência de pesquisa com uma equipe internacional possibilita desenvolver estilos e formas de pesquisa, aprimorando a comunicação e organização do trabalho científico, fundindo as experiências das partes em um resultado concretizado em um melhor método de trabalho para a pesquisa social. A internacionalização do conhecimento e do saber, a partir de diferentes referências e paradigmas científicos, possibilita ainda a identificação de pontos de encontro e desafios para avançar na investigação. Além disso, a socialização de experiências e projetos em diferentes contextos com objetivos comuns possibilita a reflexão e o avanço do conhecimento. O desenvolvimento das Ciências Sociais, desde que em uma perspectiva crítica da realidade, contribui para o

desenvolvimento dos pesquisadores participantes, tornando-os melhores profissionais e seres humanos.

A formação em uma perspectiva internacional nos possibilita articular conhecimentos, estranhar algumas práticas, conhecer outras experiências, autores, análises e socializar conhecimentos acumulados. Por outro lado, a manutenção das parcerias não se resume a métricas, mas não podemos nos esquecer que essas métricas (artigos em periódicos internacionais com fatores de impacto e em língua inglesa) comparecem quando os colegas estrangeiros (europeus, asiáticos e norte-americanos) necessitam da anuência institucional para manutenção dessas parcerias.

O processo de cooperação e colaboração internacional é, assim, um processo que nos permite refletir sobre nossas realidades e repensar os caminhos pelos quais a pesquisa e a formação em Recursos Humanos, em nível internacional, tem caminhado, bem como propor algumas recomendações.

Precisamos definir, coletivamente, os novos rumos e desafios da cooperação internacional.

**Em Pauta** – Podemos conjugar as ações de internacionalização, o financiamento das pós-graduações brasileiras e as condições concretas das universidades mundialmente?

**Lúcia Garcia** – Este é um aspecto central no contexto atual. Como destacamos se vivemos com uma histórica retração no orçamento da Capes nos últimos 10-12 anos, há também do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020) indicaram que, entre 2011 e 2014, dos 130 editais de apoio ao pesquisador do CNPq analisados pelas pesquisadoras, foram submetidas 90.342 propostas das quais 24.660 foram aprovadas, ou seja, um atendimento de 27,3% da demanda. Em apresentação da representação da área de Serviço Social no CNPq no Enpess de 2024, esta apontou que o atendimento às demandas da área gira em torno deste percentual (próximo a 30%). Ou seja, como pesquisador/as vivemos mais sem recursos (2/3 da demanda) do que com recursos (1/3), sem considerar o reduzido aporte para garantia de ações de internacionalização.

Acompanhamos o corte orçamentário da Ciência e Tecnologia (C&T). As despesas da União com C&T em 2020, corresponderam a 41% dos 16,1 bilhões investidos em 2013. Tais cortes atingiram o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT), a Capes e o CNPq. E, no período pandêmico, esses cortes se aprofundaram (Dellagostin, 2021). Se olharmos, em específico, a questão das bolsas de Mestrado e Doutorado, os dados de 2018 a 2021 demonstram que, mesmo nos anos de pandemia da covid-19, houve aumento do número de matrículas de estudantes de mestrado e diminuição das bolsas tanto da Capes quanto do CNPq. No caso do mestrado, em 2018, antes do início da pandemia, 43,7% dos mestrandos possuíam bolsa de estudo (Capes e CNPq). Nos anos seguintes seguiu uma tendência de queda (2019 - 40,4%; 2020 - 37,8%), che-

gando, em 2021, com apenas 32,9% dos estudantes cobertos com bolsas. E, em 2023 o percentual foi de 34,2%.

No doutorado não foi diferente. É possível verificar a elevação de matrículas entre 2018 e 2021. Em 2020, por exemplo, havia 124.530 doutorandos matriculados e, em 2021 (ano de pandemia) este número subiu para 131.832. Em 2018, 46,3% dos doutorandos tinham bolsa, em 2021 esse número passou para 41,8% e em 2023 o percentual foi de 40,75% (dados da Capes, disponíveis no GeoCapes).

Em termos das bolsas de doutorado *sanduíche* da Capes, houve uma redução de 21% entre 2017 (4988 bolsas) e 2023 (3962). Considerando a distribuição das bolsas por países, Estados Unidos, Portugal, França, Espanha e Reino Unido concentraram um pouco mais de 60% das bolsas. Destaque para os Estados Unidos (variou entre 26 e 22% das bolsas do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior - PDSE entre 2016 e 2023). Considerando as bolsas PDSE alocadas ao Serviço Social, o corte entre 2017 e 2023 foi de aproximadamente 45%.

Ou seja, essa retração no financiamento afeta de forma diferente as distintas áreas de conhecimento. Assim, nossa área perde com os cortes orçamentários, mas também perde com a realocação diferenciada dos recursos das agências (maior para as áreas agrárias e tecnológicas).

Enfim, os cortes impostos à política de educação e de ciência, tecnologia e inovação, com destaque à situação das bolsas, fazem parte de um projeto de educação que revelou uma crise mais profunda que a crise sanitária: a crise do modo de produção capitalista.

A crise que vem passando as universidades no Reino Unido e Estados Unidos, por exemplo, mostra cortes orçamentários, listas anuais de demissão de docentes, instabilidade, sobrecarga de trabalho, estresse e a relação entre financiamento e carga horária de pesquisa, o que afeta as relações entre pesquisadoras/es do Brasil com cooperações com pesquisadoras/pesquisadores britânicos e estadunidenses. Almer (2018) refletiu sobre as transformações estruturais implementadas nas universidades e como essas afetaram as condições de trabalho e resultam em intensificação e extensão do trabalho, confusão entre trabalho e tempo livre, precarização, auto-exploração e *automarketing* (algo que vemos sinalizado no novo Qualis no qual o fator de impacto será do artigo). Os efeitos negativos para a saúde de docentes universitários, vemos no nosso cotidiano: estresse, depressão e insegurança. Por isso, nacional e internacional, a preocupação e o cuidado com a saúde mental é parte do processo de cooperação. Assim, as cooperações são mediadas por condições e relações de trabalho diferentes entre as/os parceiras/os.

A internacionalização vive duplo e contraditório fluxo: todas as IES incorporam a internacionalização em seus documentos, mas o financiamento regride e não acompanha a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

As cooperações internacionais realizadas pela área, mesmo neste cenário adverso, reafirmam o compromisso com o fortalecimento do Serviço Social.

## Referências

ADEFILA, A.; LEITE, YLR; GARCIA, MLT; CARDOSO, PA. *Internationalization; international student surveys; international student experience; support programmes; student Mobility*. No prelo.

ALMER, T. Precarious, Always-On and Flexible: A Case Study of Academics as Information Workers. *European Journal of Communication*, v. 33, n. 4, p. 381-395, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323118783794>. Acesso em: 5 maio 2023.

BARATA, R. B. Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira. *Interface*, Botucatu, n. 23, e180635, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180635>. Acesso em: 5 fev. 2024

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. “SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 27, p. 955-977, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/k4GvPgqGxKXNKJ85ZMySjnL/> Acesso em: 13 jun. 2021.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2004. Brasília: Capes, 2004.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2007. Brasília: Capes, 2007.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2010. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVI%C3%87O-SOCIAL-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-jan11.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2013. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-trienal-2013/03022022\\_SevioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-trienal-2013/03022022_SevioSocial.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Quadrienal 2017. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal.pdf>. 5 fev. 2024.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Quadrienal 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022\\_RELATORIO\\_AVALIACAO\\_QUADRIENAL\\_comnotaServioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

DELLAGOSTIN, O. A. Análise do fomento à pesquisa no país e a contribuição das agências Federais e estaduais. *Revista Inovação e Desenvolvimento*, volume II, n. 06, 2021.

DE WIT, H. (2019). Internationalization in Higher Education, a Critical Review. *SFU Educational Review*, v. 12, n. 3, p. 9–17. Disponível em: <https://doi.org/10.21810/sfuer.v12i3.1036>. Acesso em: 5 fev. 2025.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, Avaliação: do SINAES a Índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/284>. Acesso em: 2 mar. 2025.

FERGUSON, I; IOAKIMIDIS, V; LAVALETTE, M. *Global Social Work in a Political Context: radical perspectives*. Bristol: Policy Press, 2018.

HAANWINCKEL, B. Z.; FAWCETT, B.; GARCIA, J. A. B. Contrasts and reflections: Social work fieldwork supervision in Brazil and England. *International Social Work*, v. 61, n. 6, p. 943-953, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020872817695395>. Acesso em: 5 fev. 2025.

KNIGHT, J. Five Truths about Internationalization. *International Higher Education*, v. 69, p. 4–5, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2012.69.864>. Acesso em: 5 fev. 2025.

MCPHERSON, J. ‘Human Rights Practice in Social Work: A US Social Worker Looks to Brazil for Leadership’, *European Journal of Social Work*, v. 18, n. 4, p. 599–612, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142, Disponível: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 5 fev. 2025.

RIBEIRO, D. B.; OLIVEIRA, E. F. A.; DENADAI, M. C. V. B.; GARCIA, M. L. T. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *Rev Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 548–61, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p548>. Acesso em: 5 fev. 2025.

WELLEN, H. Marxism and social work in Brazil. In: WEBB, S. A. *The Routledge Handbook of International Critical Social Work: New Perspectives and Agendas*. Londres, Routledge, 2022, 14p.

VAN DER WENDE, M. Internationalisation policies: about new trends and contrasting paradigms. *High Educ Policy*, v. 14, p. 249–259, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0952-8733\(01\)00018-6](https://doi.org/10.1016/S0952-8733(01)00018-6). Acesso em: 5 fev. 2025.